

Portal da CUT

FUP apresenta pauta salarial à Petrobrás

Campanha deste ano trata somente das reivindicações econômicas

Escrito por: FUP • Publicado em: 28/08/2014 - 16:37

A FUP apresentou à Petrobrás e subsidiárias a pauta salarial dos petroleiros na tarde desta quarta-feira, 27. Conforme aprovado no XVI Confup, a categoria reivindica 5,5% de ganho real, além da reposição da inflação dos últimos 12 meses, conforme o ICV/Dieese, cuja estimativa é de 6,87%. A campanha deste ano trata somente das reivindicações econômicas, já que as demais cláusulas do Acordo Coletivo têm validade de dois anos e, portanto, só serão negociadas na campanha reivindicatória de 2015.

Durante a entrega da pauta, a FUP cobrou a renovação do termo de manutenção de data base e o adiantamento da reposição da inflação, conforme tem sido praticado nas últimas campanhas reivindicatórias. Os dirigentes sindicais também cobraram o cumprimento das cláusulas do atual Acordo Coletivo que continuam com pendências, como a que trata da extensão a todos os aposentados e pensionistas do pagamento dos níveis recebidos pela ativa em 2004, 2005 e 2006 (cláusula 181), e as que dispõem sobre questões relativas a regimes e jornada de trabalho (cláusulas 105, 106 e 115).

Antes de protocolar a pauta salarial, a FUP protestou contra a ocorrência de mais um acidente fatal no Sistema Petrobrás, que vitimou um operador da Reman de apenas 26 anos, que havia sido admitido há apenas 14 meses na empresa. Os dirigentes tornaram a criticar duramente os programas de reestruturação da empresa, como Procop, PIDV, Plafort e Mobiliza, que buscam a otimização da produção, através da redução de custos e de efetivos. A FUP reiterou que esses programas da empresa violam o Acordo Coletivo de Trabalho e aumentaram consideravelmente os acidentes, principalmente nas refinarias.

Os dirigentes sindicais alertaram novamente os gestores da Petrobrás para o risco da empresa voltar a repetir tragédias do passado, como as explosões que afundaram a P-36 e mataram 11 trabalhadores em 2001 e o acidente com a plataforma de Enchova, há 30 anos, onde 37 petroleiros morreram. A FUP reiterou que a garantia de saúde e segurança para todos os petroleiros, a recomposição dos efetivos próprios e a igualdade de direitos para os trabalhadores terceirizados continuarão pautando as lutas da categoria. "Essa é uma pauta que vamos perseguir dia após dia. Não vamos dar sossego a vocês enquanto não garantirmos uma nova política de saúde e segurança", enfatizou o coordenador da FUP, José Maria Rangel.

Ato dia 2 marcará lançamento da campanha salarial

Caravanas com petroleiros de várias bases da FUP chegarão ao Rio de Janeiro na próxima terça-feira, 02, para participarem do ato nacional que marcará o início da campanha salarial da categoria. Além de reforçarem as reivindicações por saúde e segurança, os trabalhadores cobrarão a extensão para os aposentados e pensionistas dos níveis conquistados pelos petroleiros da ativa nos Acordos Coletivos de 2004, 2005 e 2006. Na campanha reivindicatória do ano passado, a Petrobrás se comprometeu a buscar junto com a Petros uma solução para essa demanda histórica dos assistidos do Plano Petros, conforme garante a Cláusula 181 do ACT.

Até agora, no entanto, a extensão dos níveis foi garantida somente para os cerca de três mil aposentados e pensionistas com ações judiciais que já foram transitadas em julgado e executadas. Os demais assistidos que pleiteiam a correção de seus benefícios (cerca de 30 mil petroleiros e pensionistas) continuam sem uma solução da Petrobrás, que alega dificuldades jurídicas, usando como argumentos pareceres de suas assessorias e da Petros. A FUP exige que a Petrobrás cumpra o que foi acordado e garanta a extensão dos níveis para todos.

Portal da CUT

Justiça manda governo paulista readmitir dez funcionários do metrô dispensados após greve

Liminar reintegra dez dos 42 metroviários dispensados após paralisação em junho

Escrito por: Rede Brasil Atual - Tadeu Breda • Publicado em: 28/08/2014

A 34ª Vara do Trabalho de São Paulo concedeu ontem (27) liminar que reintegra a suas funções dez dos 42 metroviários demitidos após greve da categoria, que interrompeu parcialmente o funcionamento do sistema entre 5 e 9 de junho. Dois deles já haviam sido readmitidos um mês após a paralisação, depois que os diretores do Metrô reconheceram tê-los dispensado por engano.

A recente decisão, em caráter liminar, será publicada no próximo dia 1º de setembro. A partir de então, de acordo com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), a empresa terá cinco dias para comunicar os funcionários de que poderão voltar ao serviço, sob pena de multa diária de R\$ 500 por

empregado caso não cumpram essa exigência. Se os trabalhadores não comparecerem a seus postos em até dois dias depois convocação, a decisão perderá sua eficácia.

Segundo a advogada Regiane de Moura Macedo, do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, a decisão beneficiou apenas dez trabalhadores porque a justiça decidiu dividir os processos em cinco lotes. Só um deles foi julgado até agora, e resultou em decisão favorável para todos os dez envolvidos.

“É uma decisão provisória, porque o processo continua”, explica Regiane. “O juiz entendeu que haveria muito prejuízo para os trabalhadores se continuassem demitidos antes de a questão ser julgada. Como não há elementos que mostrem a validade da justa causa, o magistrado entendeu que eles devem voltar a trabalhar imediatamente.”

O sindicato vem denunciando as ilegalidades das demissões desde o mesmo momento em que ocorreram, via telegrama, logo depois de encerrarem o movimento. Em 23 de julho, a RBA publicou reportagem baseada em documentos oficiais do Metrô que colocam em xeque as alegações da empresa para demitir os grevistas.

A falta de acurácia da companhia ao individualizar e comprovar condutas supostamente ilegais dos metroviários sugere que houve perseguição política. Brechas na acusação também já vinham sendo denunciadas por fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP), que monitoraram a paralisação da categoria.

Decisão

E foi exatamente o que concluiu o juiz Thiago Melosi Sória ao conceder liminar em favor dos trabalhadores. “O direito dado ao empregado de se defender pressupõe a obrigação da empregadora de expor os fatos que levaram à dispensa por justa causa, sob pena de impedir a defesa”, lembrou o magistrado, antes de partir para a análise das alegações da empresa.

O Metrô demitiu os dez funcionários ora readmitidos, entre outros motivos, com base na denúncia de que eles teriam impedido fechamento de portas do trem H58 na estação Tatuapé, na Linha 3-Vermelha, às 20h15 do dia 5 de junho. Os metroviários sempre negaram as insinuações, que não vieram acompanhadas de qualquer tipo de prova além do relato de supervisores.

“Analisando a gravação de vídeo que registrou a conduta dos substituídos, vejo que, embora os trabalhadores estivessem na plataforma, não aparecem impedindo o fechamento das portas do trem”, reconhece o juiz Melosi Sória. “Tanto as imagens quanto a gravação de áudio da conversa entre os operadores em serviço e os depoimentos testemunhais prestados no inquérito policial não trazem a individualização da conduta de cada trabalhador dispensado.”

O magistrado continua, argumentando que as testemunhas indicadas pelo Metrô disseram que não houve violência ou dano ao patrimônio da empresa, como alegou o governador Geraldo Alckmin (PSDB) ao anunciar os desligamentos. Isso era o que vinham dizendo os funcionários demitidos – e o que havia demonstrado a reportagem da RBA ao recorrer a documentos oficiais da empresa.

“A simples presença de uma pessoa no local em que houve a prática de um ato grave não pode ter o efeito de se fazer presumir a participação nesse ato”, ponderou o juiz. “Essa participação deve ser descrita individualmente para que se possa examinar a extensão e gravidade do comportamento de cada pessoa envolvida e sua aptidão para levar à punição disciplinar.”

Entre os dez readmitidos, três também são acusados por invadir a estação Ana Rosa, que integra as linhas 1 Azul e 2 Verde, “danificando fechaduras e impedindo a entrada dos empregados em serviço” às 6h15 do dia 6 de junho.

Na decisão, o juiz escreve que, apesar da empresa ter juntado ao processo boletins de ocorrência registrando as supostas depredações, nenhuma testemunha narrou o tal arrombamento da fechadura da estação. “Não há prova de que esses trabalhadores efetivamente danificaram a fechadura da estação Ana Rosa ou utilizaram métodos violentos para ingressarem no local e impedirem o trabalho dos demais.”

Boa notícia

“As demissões foram irregulares, e a justiça apenas reconheceu aquilo que já sabíamos”, observa Altino de Melo Prazeres Junior, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. “O governo falava em depredação e danos ao patrimônio, o que não ocorreu. E o juiz disse exatamente isso. O que teve foi o exercício do direito de greve, dentro do que permite a Constituição.”

A notícia alegrou o dia de ao menos dois ex-demitidos. “Fiquei sem reação no início, de tão feliz. Quem me avisou foi o advogado. Depois, recebi tanta mensagem de parabéns que o celular travou”, comemora Alex Santana, 26 anos, operador de trens. “Acreditava nisso desde o começo.”

“Quando eu estava chegando ao sindicato hoje, trombei com um colega na rua e ele me disse que tinha saído minha readmissão”, conta o oficial de manutenção civil Marcelo Alves de Oliveira, 35 anos, seis anos de metrô, elogiando o movimento grevista. “Fizemos a proposta da catraca livre,

para não prejudicar a população, mas o Metrô não quis e elaborou um esquema de contingência, expondo usuários ao risco.”

Prestes a reassumirem suas funções no Metrô, Santana e Oliveira agora esperam que a justiça decida pela readmissão dos outros 30 companheiros que ainda esperam pronunciamento dos tribunais para voltar ao trabalho. “Os elementos apresentados na liminar também contemplam os colegas que estavam em outras ações”, diz Oliveira.

A esperança dos metroviários ganha corpo com uma frase do juiz Melosi Sória, que na decisão que readmitiu dez trabalhadores, enxergou “vício formal” nas demissões e constatou que as provas produzidas pelo Metrô até o momento “não revelam a prática das faltas graves atribuídas aos empregados dispensados”. “Por isso, o magistrado conclui que “há grande probabilidade de acolhimento, na decisão final, do pedido de declaração de nulidade das dispensas.”

Portal da CUT

Desemprego na Grande São Paulo fica estável em julho

Pesquisa do Dieese revela que este é o quarto mês consecutivo em que a taxa mantém estabilidade

Escrito por: Agência Brasil • Publicado em: 28/08/2014 - 11:00

A taxa de desemprego manteve-se relativamente estável em julho na região metropolitana de São Paulo, variando de 11,3% em junho para 11,4% em julho. O dado é da Pesquisa de Emprego e Desemprego divulgada nesta quarta (27) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Em julho de 2013, a taxa de desemprego era 11%. Segundo o Dieese, é o quarto mês consecutivo em que a taxa mantém estabilidade.

O número de desempregados na região metropolitana de São Paulo foi estimado em 1,257 milhão de pessoas em julho, 22 mil a mais do que no mês anterior. Já a população economicamente ativa foi estimada em 11,028 milhões em julho.

O nível de ocupação cresceu 0,8% e o contingente de ocupados foi estimado em 9,771 milhões de pessoas. Segundo a pesquisa, o crescimento se deu pelo aumento nos setores de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (mais 100 mil postos de trabalho) e na construção (geração de 35 mil postos), embora os setores de serviços (com menos 46 mil postos) e a indústria de transformação (com redução de 7 mil postos de trabalho) tenham apresentado queda.

O rendimento médio dos trabalhadores ocupados na região caiu 2% entre maio e junho, alcançando R\$ 1.869 em média. Já o rendimento médio dos assalariados diminuiu 0,9%, totalizando R\$ 1.873 em média.

Portal da CTB

Trabalhadores dos Correios de SP rejeitam proposta da ECT

Em assembleia realizada na terça-feira (26), trabalhadores do Correios de São Paulo rejeitaram a primeira proposta apresentada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para as cláusulas de reajuste sobre os benefícios, e decidiram dar prosseguimento às negociações.

O reajuste proposto correspondia ao índice de inflação acumulado nos últimos 12 meses correspondente à medição do INPC-IBGE, de 6,5%. Várias cláusulas sociais também já foram discutidas e serão submetidas à votação em conjunto após serem negociadas. Confira a tabela a abaixo.

Além de retomar a discussão da proposta rejeitada, a ECT deve apresentar a proposta de reajuste salarial em reunião que acontece nesta quinta-feira (28), que contará com a participação da Federação Interestadual de Sindicatos de Trabalhadores dos Correios (Findect).

PLR

Sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra, se reuniu com a empresa para discutir o item.

O ministro submeteu à ECT a proposta elaborada com as Federações. Os representantes da empresa ficaram de encaminhá-la ao DEST. Dia 29 de agosto é o prazo final para que a empresa responda.

No próximo dia 09 de setembro, a categoria se reúne novamente em assembleia para avaliar a proposta completa da empresa para a Campanha Salarial 2014. Em caso de rejeição, será decretado estado de greve.

Portal CTB com Sintect

Portal da UGT

Orçamento do governo prevê salário mínimo de R\$ 788 em 2015

28/08/2014

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, afirmou nesta quinta-feira, 28, que o reajuste do salário mínimo a partir de janeiro de 2015 será para R\$ 788,06. O aumento será de 8,8% em relação ao valor deste ano, que é de R\$ 724. O impacto para as contas públicas no próximo ano, segundo a assessoria da ministra, será de R\$ 22 bilhões. Miriam entregou nesta manhã a peça orçamentária ao presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Quando foi citar o novo valor previsto para o salário mínimo, de R\$ 788,06, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se equivocou e acrescentou a palavra "mil" ao final. Os jornalistas que acompanham a coletiva de imprensa corrigiram e aplaudiram Mantega, que brincou com o seu erro: "Tem muito jornalista que ganha salário mínimo, não é".

O reajuste do salário mínimo tem como base a regra atual, que calcula o valor a partir da variação da inflação do ano anterior, além do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

A ministra disse que a proposta orçamentária terá como eixo saúde, educação, combate à pobreza e investimentos em infraestrutura. Segundo ela, o presidente do Senado comprometeu-se a aprovar a proposta orçamentária até o final do ano, dentro do prazo legal.

Os ministérios de Dilma Rousseff que terão o maior aumento na previsão de despesas para o ano de 2015, segundo o projeto de orçamento, são os da Saúde, Educação e Cidades. A pasta da Saúde terá R\$ 91,4 bilhões para gastar no ano que vem, uma alta de R\$ 8,2 bilhões em relação a este ano. O ministério da Educação poderá gastar R\$ 46,7 bilhões em 2015, uma alta de R\$ 4,4 bilhões ante 2014. A pasta das Cidades terá um orçamento de R\$ 26,3 bilhões no ano que vem, uma elevação de R\$ 3,4 bilhões em relação a 2014.

Fonte: Estadão

Portal da CSB

BRF é condenada em R\$ 1 milhão por trabalho escravo

Irregularidade foi flagrada em 2012, durante fiscalização em fazenda no município de Iporã, arrendada pela empresa

Donas das marcas Sadia e Perdigão, a BRF foi condenada a pagar indenização por dano moral coletivo de R\$ 1 milhão por condições degradantes de trabalho. A condenação é resultado da ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Umuarama (PR), ajuizada em 2012, após uma investigação que flagrou trabalhadores em condições análogas à escravidão.

A irregularidade ocorreu em atividade de reflorestamento em uma fazenda arrendada pela BRF no município de Iporã (PR). A decisão, tomada por unanimidade pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, foi dada no dia 15 de julho.

No início de 2012, o MPT-PR em Umuarama constatou graves irregularidades trabalhistas na fazenda Jaraguá, em Iporã. Os problemas iam desde jornada excessiva e condições precárias dos alojamentos, até a contaminação da água fornecida aos trabalhadores para consumo.

"A situação encontrada configura trabalho degradante, já que foram desrespeitados os direitos mais básicos da legislação trabalhista, causando repulsa e indignação, o que fere o senso ético da sociedade", afirma o procurador do Trabalho Diego Jimenez Gomes, responsável pelo caso.

A BRF é uma gigante do ramo de produtos alimentícios que surgiu a partir da fusão entre Sadia e Perdigão, além de ser detentora de marcas como Batavo, Elegê e Qualy. A empresa tem 49 fábricas em todas as regiões do País e mais de 100 mil funcionários. Em 2013, a receita líquida foi R\$ 30,5 bilhões e o lucro líquido consolidado foi de R\$ 1,1 bilhão.

A BRF alegou que as atividades de reflorestamento eram feitas por empresa terceirizada, o que afastaria sua responsabilidade. A Justiça do Trabalho, contudo, entendeu que a empresa deveria ser condenada porque também é responsável pela garantia de um meio ambiente de trabalho saudável.

Além do pagamento da indenização, a empresa deverá cumprir diversas obrigações quanto à higiene, saúde, segurança e medicina do trabalho, em relação a todos os trabalhadores que, de forma direta ou indireta, prestem-lhe serviços na atividade de reflorestamento.

O valor da indenização será destinado à compra de veículos e equipamentos ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a serem utilizados em fiscalizações no meio rural.

Procurada pela redação, a assessoria de imprensa da BRF informou em nota que "nega veementemente ter tomado conhecimento das práticas irregulares apontadas na decisão do TRT da 9ª. Região (PR) durante o período da prestação de serviços pela empresa contratada (SLS Reflorestadora)".

Ainda segundo a empresa, as acusações foram contra tal prestadora de serviços e nunca contra a BRF. "Conforme consta de documentos públicos, a prestadora de serviços firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho obrigando-se a não incorrer em tais práticas".

Segundo a BRF, a pretensão do Ministério Público do Trabalho deveria ter sido dirigida à prestadora de serviços. A companhia já recorreu da decisão.

Fonte: IG

Agência Brasil, 29/08/14

Efeitos da ditadura perduram nas condições precarizadas do trabalho, avalia CNV

Isabela Vieira - Repórter da Agência Brasil Edição: Davi Oliveira

Os efeitos da ditadura de 1964 nos sindicatos de trabalhadores refletem-se ainda hoje em baixos salários e condições precarizadas de trabalho, avalia a advogada Rosa Cardoso, da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Coordenadora do grupo de trabalho que investiga o tema, a advogada se reuniu nesta quinta-feira (28), no Rio de Janeiro, com dirigentes sindicais e pessoas que resistiram à repressão militar em empresas no Rio de Janeiro. No evento, sindicalistas também denunciaram a suspeita de que as organizações ainda sejam monitoradas por forças de segurança, apesar do fim do regime militar há 29 anos.

"Primeiro, posso dizer sobre a depressão salarial. Antes de 1964, os trabalhadores ganhavam muito melhor. A queda de salário durante todo período fez com que as reivindicações fossem retomadas a partir de um patamar baixíssimo", lembrou a advogada. A segunda questão, segundo Rosa Cardoso, foi a retirada da estabilidade no emprego, "que foi mantida e é uma fonte de aflição e angústia, porque todos temem o desemprego", afirmou.

Devido à presença de empresas estatais, como a Petrobras e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a organização dos sindicatos foi bastante combatida no Rio e considerada uma ameaça pelos militares. "Aqui era a capital e concentrava 80% das estatais. Os trabalhadores eram muito politizados. Estivadores, metalúrgico, petroleiros e portuários eram categorias conectadas com o projeto político nacional e não somente com as condições de trabalho", destacou Rosa.

Durante o encontro com a CNV, os sindicalistas contaram que as entidades sofreram intervenções diretas e foram monitoradas pelas assessorias de Segurança e Informação (ASI) – criados pela ditadura para vigiar empresas e órgãos públicos. Nos sindicatos, foram suspensas eleições de dirigentes e os trabalhadores ficaram impossibilitados de discutir convenções de trabalho e reajustes de salário. "Isso desarticulou a luta", frisou Jadir Batista Araújo, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sindicalista à época, Geraldo Cândido, da Comissão Estadual da Verdade, acrescentou que os militares quebraram equipamentos e destruíram arquivos dos sindicatos. "Os militantes que não fugiram foram presos imediatamente e os que escaparam foram presos depois. A verdade é que os trabalhadores foram as primeiras vítimas do regime", pontuou.

Na ditadura, muitos trabalhadores chegaram a ser presos e torturados dentro das empresas. Houve ainda demissões em massa, aposentadorias compulsórias e suspensão das promoções. Conhecido como Mario Macaco, Luiz Mario dos Santos conta que cerca de 100 funcionários dos Correios, sindicalistas à época, lutam até hoje para serem anistiados pelo Estado.

Durante o evento da CNV, Claiton Coffy, da diretoria executiva da Conlutas - Central Sindical e Popular, aproveitou para denunciar perseguição a sindicalistas e movimentos sociais na atualidade. "Qualquer atividade que questione o lucro das empresas e a política de governos é criminalizado hoje em dia", disse. Ele citou como exemplo a prisão de ativistas durante os protestos contra a Copa do Mundo.

"A imprensa divulgou à época todo o monitoramento desses ativistas, como interceptações telefônicas e atuação em redes sociais. Temos certeza de que dirigentes de categorias importantes como os petroleiros, estão sendo monitorados por órgãos de segurança", denunciou.

Os relatos dos trabalhadores e sindicalistas perseguidos pela ditadura e o impacto da repressão na atividade sindical constará do relatório com as conclusões finais da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre as atividades do regime, previsto para ser concluído até o fim deste ano. Também participaram do evento dirigentes da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Intersindical - Central da Classe Trabalhadora.

Portal da CUT

MTE resgata 55 trabalhadores em condições análogas à escravidão no Acre

No grupo estavam quatro menores que desempenhavam atividades proibidas pela Lista TIP

Escrito por: Ministério do Trabalho e Emprego • Publicado em: 28/08/2014

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (GEFM/MTE) resgatou 55 trabalhadores em situação análoga a de escravo na Fazenda Porto Alegre, em Tarauacá, no Acre. A ação fiscal, realizada entre os dias 29/07 e 08/08, contou com apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Polícia Federal (PF).

Os trabalhadores resgatados realizavam derrubada de mata e roço para formação de pasto na Fazenda. Entre eles estavam quatro menores, dois tinham 17 anos e dois 16 anos, que desempenhavam atividades proibidas pela Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP).

Segundo relatório da operação, os resgatados trabalhavam sem registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e dormiam em redes ou camas improvisadas. Os acampamentos eram feitos com palha, lona plástica e madeira, sem paredes, portas ou janelas. Não tinha também instalações sanitárias, nem local adequado para preparo de alimentos. A água não era encanada, apenas retirada de um igarapé com água barrosa de coloração amarela parada há dias.

Os trabalhadores não usavam Equipamento de Proteção Individual (EPI), não foram submetidos a exames médicos e a nenhuma medida de saúde e segurança do trabalho. Além disso, eles compravam suas próprias ferramentas de trabalho.

Os auditores fiscais do trabalho emitiram as guias de seguro-desemprego e anotação de 13 CTPS. O empregador realizou o pagamento das verbas rescisórias durante a ação no valor líquido de R\$ 166 mil.

Portal Gestão Sindical

O brasileiro do século

27/08/2014 por CartaCapital - Escrito por Vladimir Safatle (*)

Neste momento em que se inicia uma nova campanha eleitoral para presidente da República, não há lançamento editorial mais bem-vindo que a publicação de Obra Autobiográfica, do economista Celso Furtado, em edição cuidadosa organizada por Rosa Freire de Aguiar. O retorno de tais obras às livrarias talvez permita que uma nova geração conheça este que, ainda hoje, é o intelectual brasileiro mais traduzido, com 53 traduções em línguas que vão do inglês ao sueco, polonês e farsi. Uma curiosidade biográfica que indica com clareza o reconhecimento da originalidade e importância de sua obra.

Descobrir a formação, as preocupações e habilidades de Celso Furtado nos leva a encarar com tristeza o que as universidades brasileiras fizeram com uma disciplina como a economia. Nas mãos de Furtado, a economia era um setor das ciências humanas indissociável de profunda reflexão histórica e de compreensão estrutural das relações globais de poder. Por isso, ela era a base para toda e qualquer crítica social. O resultado foram realizações como sua tese a respeito da Formação Econômica do Brasil. Talvez o caso mais bem realizado, na literatura econômica do mundo todo, de uma obra capaz de aliar análise do processo histórico de formação nacional e considerações sobre as dificuldades do desenvolvimento econômico.

Mas com Celso Furtado a economia era também reflexão sobre a produção da riqueza em seu sentido mais amplo, e neste ponto sua condição de economista aliava-se à sua grandeza como homem público. Pois Furtado sabia que não era o caso de falar apenas da produção do que se estoca e do que se consome, mas produtividade da criatividade humana nos campos da cultura. Ele sabia mais do que todos não haver crescimento sem desenvolvimento das potencialidades criativas da vida social. É esse desenvolvimento das potencialidades que deve orientar a verdadeira reflexão econômica.

Difícilmente encontraremos algo tão distante da formação instrumental e financeira que hoje nossos alunos recebem nos cursos de economia deste país, para quem uma consideração dessa natureza parecerá quase um devaneio poético. Por isso, quem mais desconhece Celso Furtado são, atualmente, os economistas, principalmente esses que acreditam que pensar um país é operação feita com a mesma racionalidade de quem gerencia carteira de investimentos. Afinal, o que esperar de uma ciência humana recalcitrante que acredita hoje garantir suas cartas de nobreza vendendo-se como setor aplicado das, vejam só vocês, "ciências matemáticas"?

Quem teve a honra de conhecer Furtado e ouvi-lo falar concordará que seu traço mais impressionante não era apenas sua lucidez analítica implacável que lhe permitia enxergar os problemas que quase todos preferiam ignorar. O que mais impressionava era como uma figura praticamente lendária como ele, que havia participado ativamente dos momentos mais ricos da história deste país, era animado por um desejo límpido de perguntar, de ouvir outras experiências, por mais que seu interlocutor fosse um simples estudante vivendo com o dinheiro do carro que sua namorada vendera. Essa era, talvez, sua maior lição e o maior ensinamento aos que o conheceram: o desejo de continuar a descobrir, a generosidade de quem pergunta.

Talvez isso explique um pouco do que animou sua vida singular, marcada pela capacidade em mesclar o que qualquer outro ser humano separaria, ou seja, pragmatismo e desejo. Que um de seus livros autobiográficos se chame A Fantasia Organizada, eis algo que diz muito. Pois haveria melhor definição da verdadeira atividade intelectual do que esta, a saber, a capacidade de organizar a fantasia? Capacidade de se deixar tocar pela fantasia, de sempre continuar tendo a força de fantasiar mundos possíveis, mas de não se contentar em compensar a miséria da vida cotidiana com

elaborações fantasmáticas. Ao contrário, organizar a força transformadora da fantasia, fazê-la habitar a prosa seca do conceito para, ao conciliá-la com o que anteriormente parecia o seu oposto, abrir o espaço à verdadeira transformação.

Por isso, neste tempo em que poucos ousam realmente organizar a produtividade da fantasia, nada mais aconselhável do que reler a vida de Celso Furtado e sua genialidade.

(*) Vladimir Safatle é professor da Faculdade de Filosofia da USP, é autor do livro "A esquerda que não teme dizer seu nome"

Portal Gestão Sindical

Política Social e Desigualdade

27/08/2014 por Ladislau Dowbor

A dura tarefa de se opor ao que está dando certo...

Oposição nos traz a ideia de resistência, de buscar travar um processo que consideramos errado ou nocivo. Os seringueiros se opuseram ao desmatamento, buscavam bloquear as máquinas. É uma guerra dura contra interesses dominantes, mas pelo menos as coisas são claras. Bastante mais complicado é se posicionar quando se trata não de reverter tendências, mas de acelerar e aprofundar o processo. De certa maneira, trata-se de empurrar esse imenso paquiderme chamado governo, carcomido por interesses de grandes grupos agarrados por todas as partes, para que avance mais e melhor. A grande realidade, o elefante na sala, para ficarmos nos paquidermes, é que as políticas adotadas nos últimos anos no Brasil estão dando certo. Mas poderiam dar muito mais.

Isso gera sem dúvida problemas grandes para a direita, a que quer reverter os processos, pois não pode dizer a que vem: os programas sociais, o avanço da repartição do produto, os programas para os segmentos mais pobre da sociedade e semelhantes só são atacáveis por quem queira fazer um suicídio eleitoral. Sobra a improbidade administrativa, esse eterno cavalo de batalha que é a corrupção (que soberba lição de ética nos deram Jânio Quadros com a "vassourinha", os militares no poder ou o caçador de marajás de Alagoas), ou a frágil proclamação de maior eficiência para fazer o mesmo. A direita, para travar os avanços, apela para elevados sentimentos de ética, o que pode gerar confusão, mas não constrói alternativas.

Mas, para os que apoiam os avanços do país, é também bastante complicado. Não dá para negar os imensos avanços, mas não dá para negar a imensa paralisia política que gera a tal da governabilidade, o travamento da reforma agrária, os imensos atrasos do saneamento, a continuidade do financiamento dos grandes grupos de comunicação pela publicidade oficial, o escandaloso nível dos juros dos bancos comerciais, a fortuna transferida anualmente para os bancos pela taxa Selic, a imensa injustiça do sistema tributário, e assim por diante. Muitos simplesmente baixam os braços e se tornam espectadores, quando não se juntam a alguma alternativa que esperam ser mais promissora.

O resultado é uma situação no mínimo esdrúxula, em que legítimas manifestações por mais realizações, ajudando de certa maneira a empurrar as coisas, se veem confundidas com movimentos de direita, com amplo apoio na mídia, que quer reverter o que se conseguiu. Essa política da direita, pegando carona em reivindicações legítimas, faz parte da confusão gerada. Do lado da oposição positiva, da oposição "para a frente", por assim dizer, vale a pena deixar as coisas mais claras.

Interiorização do desenvolvimento

Já era tempo de termos boas cifras sobre como anda o Brasil em sua base territorial. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 apresenta a evolução dos indicadores nos 5.565 municípios do país. A confiabilidade é aqui muito importante. No caso, trata-se de um trabalho conjunto do Pnud, que tem anos de experiência internacional e nacional de elaboração de indicadores de desenvolvimento humano, do Ipea e da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais, além de numerosos consultores externos. Os dados são do IBGE. Não há como manipular cifras ou dar-lhes interpretação desequilibrada com esse leque de instituições de pesquisa.

Outro fator importante: o estudo cobre os anos 1991-2010, o que permite olhar um período suficientemente longo para ter uma imagem de conjunto. Para os leigos, lembremos que o índice de desenvolvimento humano (IDH) apresenta a evolução combinada da renda per capita, da educação e da saúde. Isso permite desde já ultrapassar em parte a deformação ligada às estatísticas centradas apenas no PIB, que mede a intensidade de uso dos recursos, e não os resultados. Um desastre ambiental como o vazamento de petróleo no Golfo do México, só para dar um exemplo, elevou o PIB dos Estados Unidos ao gerar gastos suplementares com a descontaminação, "aquecendo" a economia. O fato de prejudicar o meio ambiente e a população não entra na conta. A Inglaterra acaba de melhorar seu PIB ao incluir estimativas de tráfico de drogas e prostituição, no valor equivalente a R\$ 37 bilhões.

O dado mais global mostra que nessas duas décadas o IDH municipal (IDHM) passou de 0,493, ou seja, "muito baixo", para 0,727, "alto". Isso representa um salto de 48% no período. Em

1991, o Brasil contava 85,8% de municípios no grupo "muito baixo", portanto, abaixo de 0,5, e em 2010, apenas 0,6%, ou seja, 32 municípios. É um resultado absolutamente impressionante e retrata um avanço sustentado na base da sociedade. A tendência já foi sentida nos anos 1990: claramente, a Constituição de 1988, com a democratização, e a quebra da hiperinflação em 1994 permitiram os primeiros passos.

O número de municípios com IDHM "alto" ou "muito alto" passou de 0 em 1991 para 134 no ano 2000, e em 2010 atingiu 1.993 municípios. O que os dados gerais representam para este país tão desigual é imenso: a interiorização do desenvolvimento.

A esperança de vida ao nascer passou de 64,7 anos em 1991 para 73,9 anos em 2010, o que significa que na média o brasileiro ganhou nove anos extras de vida. Em 2012, segundo o IBGE, atingimos 74,5 anos. Não há como mascarar esse imenso avanço. Os saudosos da ditadura têm hoje em média dez anos de vida a mais para protestar contra a democracia.

No plano da educação, a porcentagem de adultos com mais de 18 anos que tinham concluído o ensino fundamental passou de 30,1% para 54,9%. Em termos de fluxo escolar da população jovem, segundo indicador do item educação, passamos do indicador 0,268 em 1991 para 0,686 em 2010, o que representa um avanço de 128%. A área de educação é a que mais avançou, mas também continua a mais atrasada, pelo patamar de partida particularmente baixo que tínhamos. E em termos de renda mensal per capita, passamos de 0,647 para 0,739 no período, o que representou um aumento de R\$ 346. Isso é pouco para quem tem muito, mas, para uma família pobre de quatro pessoas, aumentar em mais de R\$ 1.000 a renda muda a vida.

São avanços extremamente significativos. Pela primeira vez o Brasil está começando a resgatar sua imensa dívida social. Aqui não há voo de galinha, e sim um progresso consistente. Por outro lado, os mesmos dados mostram quanto temos de avançar ainda. É característico o dado de população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo: 13% em 1991, 41% em 2010. Grande avanço, triplicou o nível, mas também revela o imenso campo pela frente, e copo meio vazio permite gritos e denúncias, em particular quando se aproximam as eleições. O Nordeste ainda apresenta 1.099 municípios, 61,3% do total, com índice "baixo", na faixa dos 0,5 e 0,6 no IDHM. Não se trata de questionar o processo, e sim de reforçá-lo e aprofundá-lo. Guiar-se pelos dados, e não pelos ódios ideológicos, é fundamental.

Além do PIB

Resumir os resultados do desenvolvimento de uma nação em uma cifra apenas beira o surrealismo. Uma metodologia interessante apresentada em 2014 mede o desempenho de 132 países, focando os resultados efetivos em termos de qualidade de vida das pessoas. São 54 indicadores agrupados em três questões:

- 1) O país assegura as necessidades mais essenciais de sua população?
- 2) Os fundamentos básicos que permitem aos indivíduos e às comunidades alcançar e sustentar seu bem-estar estão assegurados?
- 3) Há oportunidades para todos os indivíduos alcançarem seus plenos potenciais?

Com o apadrinhamento de Michael Porter e o peso da Universidade Harvard, os resultados dificilmente poderão ser tingidos de viés progressista. Fazendo coro com os já numerosos aportes metodológicos que se multiplicam pelo mundo, o estudo desloca com clareza o foco das medidas. "Tornou-se cada vez mais evidente que um modelo de desenvolvimento baseado apenas no desenvolvimento econômico é incompleto. Uma sociedade que deixa de assegurar as necessidades básicas, de equipar os cidadãos para que possam melhorar sua qualidade de vida, que gera a erosão do meio ambiente e limita as oportunidades de seus cidadãos não é um caso de sucesso. O crescimento econômico sem progresso social resulta em falta de inclusão, descontentamento e instabilidade social".

Na análise dos autores, "entre os países dos Brics, o Brasil apresenta o perfil de progresso social mais forte e 'equilibrado'" (the strongest and most "balanced"). Exibe uma fraqueza em Necessidades Humanas Básicas (puxada pelo score muito baixo de 37,5 para Segurança Pessoal), mas tem uma performance consistentemente boa em todos os componentes tanto dos Fundamentos de Bem-Estar como de Oportunidades, com exceção de Educação Superior (38,09, 76º).

O Brasil ocupa o 46º lugar entre 132 países, com um índice médio geral de 69,957. A Colômbia ocupa o 52º lugar; México, o 54º. O PIB per capita brasileiro utilizado na pesquisa é de US\$ 10.264 em valores de 2012.

Para termos uma referência, os Estados Unidos ocupam o 16º lugar, com um PIB per capite US\$ 45.336 e um índice médio geral de 82,77. No caso do item Fundamentos do Bem-Estar, que envolvem "Acesso ao conhecimento", "Acesso à informação e comunicação", "Saúde e bem-estar" e "Sustentabilidade", há uma dinâmica inversa interessante: os Estados Unidos estão recuando para uma maior desigualdade nos últimos anos e gerando danos ambientais muito

elevados, enquanto o Brasil progride, o que explica os números muito semelhantes da tabela**: 75,96 para os Estados Unidos e 75,78 para o Brasil.

Produtividade dos recursos

Um segundo eixo de análise que essa pesquisa permite é em termos da repartição dos recursos. Consta-se uma forte correlação entre o aumento do PIB e a melhoria na área das necessidades básicas (no caso, "Nutrição", "Água e saneamento", "Habitação" e "Segurança"), mas apenas para os mais pobres: "As necessidades humanas básicas melhoram rapidamente quando o PIB per capita aumenta, nos níveis baixos de renda, mas depois [a tendência] se torna mais horizontal [flattens out] à medida que a renda continua a aumentar".

Para nós, isso é muito importante, pois mostra que o aumento de renda nos estratos mais pobres melhora radicalmente o progresso social em geral. Em outras palavras, o dinheiro que vai para a base da sociedade é muito mais produtivo em relação aos resultados para a sociedade, o que bate plenamente com as pesquisas do Ipea sobre a produtividade dos recursos. Estamos aqui no centro do problema da baixa produtividade econômica gerada pela concentração de renda, confirmando os efeitos multiplicadores que geram a redistribuição, inclusive para o próprio PIB.

Isso nos leva de volta ao principal desafio: avançar na redução da desigualdade. Esta continua crescendo no mundo e está atingindo limites insustentáveis. É a razão do imenso sucesso do livro de Thomas Piketty, *O capital no século XXI*. A desigualdade foi tema central do último Fórum Econômico Mundial. Grande impacto gerou também o relatório da Oxfam, *Working for the few*,⁴ que com cifras insuspeitas do Crédit Suisse, que gerencia fortunas e sabe do que fala, constata que 85 pessoas acumularam mais riqueza do que a metade mais pobre da população mundial.

A dimensão brasileira aparece no relatório da Forbes, com os principais bilionários brasileiros. A origem das fortunas, no nosso caso, é particularmente interessante: trata-se essencialmente dos banqueiros (concessão pública, com carta patente, para trabalhar com dinheiro do público); de donos de meios de comunicação (concessão pública de banda de espectro eletromagnético para prestar serviço de comunicação à população); de construtoras (as grandes, que trabalham com contratos públicos, nas condições que conhecemos); e de exploração de recursos naturais (solo, água, minérios), que são do país e os quais mais se extraem do que se produzem. É o divórcio crescente entre quem enriquece e quem contribui para o país. Piketty é claro: "A experiência histórica indica que desigualdades de fortuna tão desmesuradas não têm grande coisa a ver com o espírito empreendedor e não têm nenhuma utilidade para o crescimento".

Moral da história? O avanço social, a redução das desigualdades e a sustentabilidade ambiental não constituem entraves, e sim condição do desenvolvimento em geral. No nosso caso, ao mesmo tempo que se constata avanços impressionantes, temos um imenso caminho pela frente. Dizer que a dinamização do desenvolvimento pela inclusão se esgotou é bobagem. Estamos no caminho certo, mas o processo precisa de um sólido impulso.

(*) *Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia, e professor titular da PUC-SP. É autor de A reprodução social e Democracia econômica – um passeio pelas teorias (contato <http://dowbor.org>).*

(**) Notas, referências e tabelas podem ser consultadas no site de Dowbor, através do link <http://dowbor.org/2014/08/ladislau-dowbor-a-dura-tarefa-de-se-opor-ao-que-esta-dando-certo-agosto-2014-6p.html/>

Organizado por Ernesto Germano